

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA
CPEAMAS-PG**

Tema	Reunião Ordinária CPEAMAS PG
Local	Videoconferência
Data e horário	03/07/2025 - 10 horas

Registro de deliberações encaminhado por correio eletrônico, dispensadas as assinaturas.

RELAÇÃO DE MEMBROS PRESENTES

Dr. Marcelo Volpato - Presidente
Dra. Thania Mara
Liana Mirna Souza Nunes da Silva - Secretária
Paula de Macedo Soares Bitencourt
Júlio Cesar Schneider Correa
Roberto Marcolino
Claudia Helena Coradi

APONTAMENTOS / DELIBERAÇÃO

1. Administrativo: informação sobre criação de GT da pesquisa de combate ao assédio. Dra. Thania gostaria de participar.
2. SEI n. [REDACTED] encaminhar pedido de urgência à presidência; sobrestrar o processo por 6 meses e realizar nova escuta dos envolvidos.
3. SEI n. [REDACTED] (Relator Roberto) - após o acolhimento, o relator informou que o noticiado não tem intenção de medidas administrativas em desfavor da noticiada; sua solicitação ocorreu no sentido de ser realizada uma conversa orientativa com a [REDACTED]. Os membros deliberaram pela realização de uma conversa com a noticiada a ser realizada pelo relator e pela secretaria das CPEAMAS.
4. SEI n. [REDACTED], testemunha no processo solicitou acesso ao relatório final. Membros deliberaram por não encaminhar o relatório em razão do caráter sigilosos do processo, porém prestar as informações genéricas sobre os encaminhamentos realizados.
5. SEI [REDACTED]. Realizado o acolhimento da servidora [REDACTED], pela secretaria. Apresentada a notícia aos membros. Noticiante informou que sua avaliação de estágio probatório foi uma forma de retaliação pela noticiada (chefe de cartório) em razão de sua relocação para o TJSC. O membro Roberto informou que já trabalhou na comarca [REDACTED] e coaduna das mesmas impressões da noticiante, embora sua experiência tenha ocorrido há bastante tempo. Membros discutiram sobre a legalidade do avaliador atribuir notas baixas em critérios objetivos, justificados em uma análise subjetiva. Deliberação: aguardar o resultado do pedido de reconsideração e para verificar a viabilidade de conversa com o magistrado da Vara. Solicitar à DGP, a realização de orientações contínuas aos gestores, sobre o instrumento de avaliação de estágio probatório.